



Licença Prévia

Processo Nº 71/403869/2017

LP Nº: 43

Ano 2018

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente LICENÇA PRÉVIA – LP, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001 e suas alterações posteriores, e normatizada através da Resolução SEMADE nº 09 de 13/05/2015.

Requerente: AGENCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL.

CPF/CNPJ: 15457856000168

Endereço do Empreendimento: AV. SÃO JOÃO (CHÁCARA 08, CHÁCARA MUTUM).

Complemento:

Bairro:

Município Angélica

CEP: 79785-000

UF: MS

Bacia Hidrográfica: Paraná/Rio Ivinhema

Corpo Receptor: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Área Ocupada Prevista: 34,08 m²

Área Total: 6477,12 m²

Atividade: 7.30.1 - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO – EEE.

capacidade:

VALIDADE LICENÇA: 2 ano(s)

coordenada S: 22° 09' 07.41"

coordenada W: 53° 45' 38,68"

Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza desenvolver estudos e implantar a atividade de Estação Elevatória de Esgoto - EEE, com vazão de 12,09 L/s, sendo que rede coletora e as ligações domiciliares estão isentas de Licenciamento conforme Art. 1º da Resolução SEMAC nº. 012 de 01/07/2008;
2. Esta atividade é dispensada de Licença de Instalação, conforme Resolução SEMADE Nº 009/2015, devendo o empreendedor requerer a competente Licença de Operação quando do término das obras;
3. A implantação do referido empreendimento deverá ser feita de acordo com os projetos e estudos apresentados neste processo;
4. Na ocasião da solicitação da Licença de Operação o empreendedor deverá apresentar:
 - a) Relatório de Conclusão Técnica das obras do sistema, implantação do empreendimento ou atividades realizadas, discriminando os resultados e particularidades da intervenção efetuada, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pela Execução da Obra, assinado pelo responsável técnico e empreendedor;
 - b) O empreendedor deverá apresentar uma comprovação e relatório de que os resíduos sólidos provenientes das obras de implantação das EEE's foram destinados atendendo as condições ambientais adequadas;
 - c) Carta de Anuência da área indicada pelo poder público municipal para a disposição do resíduo sólido oriundo da EEE.
5. As áreas de empréstimo e bota-fora deverão ser devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente;
6. Quando da execução das obras, deverão prever proteção e sinalizações de advertência de riscos com indicativos de obras, com mínimo de 100 (cem) metros de distância;
7. Deverá manter as vias de acesso ao empreendimento em boas condições de uso;
8. Durante a execução das obras deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de modo a garantir a não contaminação, do solo e dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
9. O empreendedor deverá cumprir o disposto nas normas ambientais e técnicas aplicáveis para resíduos sólidos, enquadrados na Classe 2 segundo a NBR 10.004/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a Resolução CONAMA nº 307/2002 no que se refere à gestão dos resíduos da construção civil;
10. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a queima ao ar livre de resíduos de qualquer natureza e em qualquer estado dentro da área do empreendimento ou em área de terceiros; CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS FLS.02/04...../

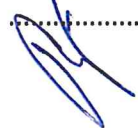
\.....
CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICA DA LP Nº 43/2018.

11.Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade/projeto deverá ser previamente licenciada pelo IMASUL;

12.Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, anuências, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual, municipal ou de particulares;

13.Qualquer inobservância das condições contidas nesta Licença o empreendedor estará sujeito às penas da Lei Federal N.º 9.605, de 12 de fevereiro 1998, do Decreto Federal N.º 6.514/2008, de 22 de Julho de 2008, Lei Federal N.º 6.938/81e a Lei Estadual N.º 2.080/2000.

...../



CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA PRÉVIA Nº 43/2018

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAGRO/MS;
3. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAGRO/MS;
4. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
 - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 2 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento

Campo Grande, 10 MAI 2018


Ricardo Eboli Gonçalves Ferreira
Diretor Presidente
IMASUL

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

